



# **Sessão Plenária de Estrasburgo 25 a 28 de Março de 2019**





# **Terça-feira, dia 26 de Março**



## Sessão Plenária de Estrasburgo - 25 a 28 de março

### Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e Fundo de Coesão

- **Fonte 1: Jornal Bom dia**

**Data: 27/01/2019**

**Link: <https://bomdia.eu/a-coesao-e-o-espirito-europeu-na-madeira/>**

#### **A coesão e o espírito europeu na Madeira- artigo de opinião da professora**

Passados oito meses da apresentação da proposta da equipa liderada por Jean-Claude Juncker, eis que a Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu votou o documento que estabelece disposições comuns sobre os Fundos de Coesão para o período de 2021-2027, referente ao próximo Quadro Financeiro Plurianual.

Num dos mais importantes relatórios desta legislatura, as negociações nem sempre foram fáceis. Ao documento apresentado pela Comissão Europeia foram feitas 2181(!) alterações legislativas, grande parte das quais, fruto de várias reuniões e acordos entre diferentes grupos políticos, foram incluídas nos mais de cem compromissos.

Uma das maiores vitórias deste relatório terá sido o aumento da taxa de co-financiamento para 85%. A proposta inicial da Comissão previa apenas um apoio de 70% para as regiões ultraperiféricas e regiões menos desenvolvidas. E aqui tenho o dever de referir que todos os deputados, incluindo os das RUP, deram um excelente contributo para que este aumento fosse possível. Num momento em que a ideia de Europa encontra-se em xeque, temos de deixar os individualismos e falar a uma só voz. Esta é uma vitória do Parlamento Europeu, da qual o porta-voz somos nós. Porque para além da importância da política de coesão, é preciso que, nas decisões que afectam todos os nossos cidadãos, consigamos demonstrar que somos um parlamento coeso.

Ainda sobre a proposta, o financiamento para as RUP sobre os valores base previamente acordados em cada um dos fundos também viu o seu valor aumentado em 1%. Isto traduz-se em mais dinheiro para as regiões como a Madeira e os Açores. Outra boa notícia: conseguimos ainda integrar estes territórios nos projectos do programa de Cooperação Territorial Europeia (Interreg), algo que não se encontrava salvaguardado na proposta original da Comissão Europeia, com uma taxa de financiamento que pode, também, chegar aos 85%.

Assim, o co-financiamento, em termos gerais, será o seguinte:

- (a) 85 % para as regiões menos desenvolvidas e RUP (mais as respectivas alocações adicionais);
- (b) 5% para as regiões em transição;
- (c) 50% para as regiões mais desenvolvidas.

Apesar de todos os ganhos neste relatório, fica também uma nota menos positiva sobre a aprovação de um ponto referente à condicionalidade macroeconómica, relativamente à qual, em linha com as orientações do governo português, votei contra. Enquanto socialista e madeirense, não aceito que, em circunstância alguma, as diferentes regiões da UE possam sofrer qualquer tipo de cortes nos pagamentos e compromissos assumidos nos seus programas de financiamento, colocando em causa aquilo que é a própria essência da Política de Coesão. O desenvolvimento das regiões não pode estar dependente do cumprimento, por parte dos governos centrais, das



regras europeias em matéria de governação económica. Defendi isso no passado e continuarei a defendê-lo. As regiões não são as responsáveis pela definição e pelo cumprimento destas regras e, por isso mesmo, não podem ser elas as castigadas. A austeridade será sempre austeridade, mesmo quando se procura disfarçá-la através de uma aplicação gradual. Tentámos minimizar eventuais estragos e diminuir a incerteza sobre o financiamento de projectos futuros ou sobre a execução daqueles que estão em curso.

Superado este desafio, ficará a faltar agora o voto do relatório em plenário, que deverá acontecer até ao final deste semestre. Por enquanto, é importante promover o debate público sobre que futuro queremos para a Política de Coesão. Foi isso que o Partido Socialista fez, neste Sábado, 26 de Janeiro, na Ponta do Sol, com a realização do debate “Madeira é Europa”.

Na presença do Primeiro-Ministro português e de Paulo Cafôfo, candidato ao Governo Regional da Madeira, discutimos sobre os desafios que se colocam à Política de Coesão até 2030. António Costa tem feito estes debates em todo o país, dando um sinal claro de que quer o desenvolvimento de Portugal e das suas regiões como um todo.

Numa altura em que discutimos o financiamento para o próximo Quadro Financeiro Plurianual, é importante pensar em como poderemos tirar o melhor proveito da política de coesão, com o objectivo de reduzir as assimetrias regionais. Tendo em vista a coesão territorial, que não se faz sem as suas vertentes social e económica, teremos de olhar para dentro da Região e observar as diferenças que existem, com a meta traçada de encontrar soluções para as diminuir.

No próximo programa financeiro está previsto que a Política de Coesão englobe a questão do desenvolvimento rural. Uma das grandes questões será como poderemos potenciar essas zonas, que não são demograficamente elevadas e que ainda têm índices de desenvolvimento que ficam aquém, por exemplo, do Funchal.

Em relação ao investimento, ele deverá passar por quatro eixos fundamentais: infraestruturas rentáveis e sustentáveis; promoção do emprego e da qualificação, investindo nas PME; combate às alterações climáticas, com inclusão da vertente ambiental e aposta na investigação e na inovação.

Alguns dos outros desafios para os quais os madeirenses e porto-santenses têm de estar preparados são: a transformação e adaptação da educação na era digital; a construção de uma identidade europeia; a redução das disparidades entre as regiões; o empoderamento económico, social e político das mulheres; a aposta na saúde e o combate aos constrangimentos da mobilidade.

É verdade que são muitos, mas aqui estaremos, prontos para as batalhas que se adivinham. Juntos. Unidos. Coesos.

- **Fonte 2: Jornal da Madeira**

**Data: 14/02/2019**

**Link:** <https://www.jm->

[madeira.pt/regiao/ver/54224/Claudia Monteiro de Aguiar ve aprovados compromissos para as RUPs](https://www.jm-madeira.pt/regiao/ver/54224/Claudia_Monteiro_de_Aguiar_ve_aprovados_compromissos_para_as_RUPs)

### **Cláudia Monteiro de Aguiar vê aprovados compromissos para as RUPs**

É com satisfação que Cláudia Monteiro de Aguiar viu aprovadas as suas propostas ao dossier de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão, na Comissão Desenvolvimento Regional (REGI).

Salvaguardando as Regiões Ultraperiféricas no geral e o sector do Turismo em particular, a eurodeputada do Partido Popular Europeu, que deu o seu parecer ao relatório enquanto relatora do PPE na Comissão de Transportes e Turismo, viu serem votadas hoje favoravelmente as suas alterações ao documento original. Este documento delinea as áreas políticas prioritárias para os investimentos do Fundo de Coesão e do FEDER.

A deputada madeirense requereu a possibilidade do FEDER apoiar investimentos produtivos nas empresas das Regiões Ultraperiféricas, independentemente da dimensão dessas mesmas empresas. "As empresas da Madeira já têm desafios acrescidos pelo simples facto de estarem sediadas numa Região Ultraperiférica. Os fundos europeus devem servir pois para diminuir algumas das disparidades e assimetrias, contrariando a proposta da Comissão Europeia que retirou esta possibilidade da sua proposta", justificou.

Também conseguiu que fosse possível para as RUPs apoios aos investimentos nas instalações de resíduos que, segundo Cláudia Monteiro de Aguiar, são "cruciais para a gestão dos resíduos nas ilhas que têm um custo acrescido face a outras regiões europeias". As infra-estruturas aeroportuárias e novos aeroportos regionais, por exemplo, também podem beneficiar de apoios do FEDER e do Fundo de Coesão.

No que diz respeito aos montantes a investir nas cinco prioridades políticas, as RUPs poderão ter uma redução até 10% face às outras regiões da União, nas obrigações em investir no objetivo para uma Europa Inteligente e Inovadora e no objetivo para uma Europa mais Verde e Hipocarbónica. Mas segundo proposta da Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar, à dotação específica adicional para as regiões ultraperiféricas, esta concentração temática não se aplicará "para compensar os custos adicionais suportados nessas regiões em consequência das limitações permanentes que obstam ao seu desenvolvimento", lê-se na proposta.

A eurodeputada também propôs - e foi aceite - a inclusão do sector do Turismo para que o mesmo possa ser financiado no quadro da prioridade política para uma Europa mais próxima dos cidadãos, fomentando o desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, através de iniciativas locais.

Este documento segue agora para aprovação em Plenário na próxima sessão em março.



---

• **Fonte 3: Jornal da Madeira**

**Data: 10/02/2019**

**Link: [https://www.jm-madeira.pt/opinioes/ver/2150/A\\_coesao\\_europeia\\_no\\_pos-2020](https://www.jm-madeira.pt/opinioes/ver/2150/A_coesao_europeia_no_pos-2020)**

**A coesão europeia no pós-2020- artigo de opinião da professora**

Pensar o desenvolvimento regional da Madeira e do Porto Santo na Europa implica fazermos uma reflexão sobre o próprio projecto europeu e o papel das entidades nacionais e locais na construção do mesmo.

Uma reflexão e um diálogo que devem ser constantes entre os diferentes poderes que legitimam a própria União Europeia (UE) e tendo em vista uma real possibilidade de democratização transnacional.

A democracia transnacional teve a sua origem na vontade de direitos iguais para todos os cidadãos europeus e para todos os Estados. De facto, se foram as questões económicas que impulsionaram, por tímida vontade política, a UE, foram os direitos e, acima de tudo, a ideia de dignidade humana que nos colocou no mesmo caminho.

O sonho europeu tem os seus alicerces valorativos naquilo que marcou profundamente a sociedade europeia do século XVIII: a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade entre os povos e os cidadãos europeus e do mundo. Essa vontade de uma Europa a uma só voz, no respeito pelas suas diferenças, mostrou a nossa força face à possibilidade da equidade. A vontade por uma Europa que se indigna perante a miséria, a pobreza e a injustiça. A Carta dos Direitos Fundamentais é, nesse aspecto, um marco decisivo do projecto político europeu. A promoção pelas instituições, órgãos e organismos da União Europeia de um vasto conjunto de direitos representa uma expressão tangível do princípio da cidadania europeia, o que é particularmente crucial nas vésperas das eleições europeias de 2019.

Neste momento, o grande desafio da Europa não está na sua dimensão nacional. Está na sua capacidade de fazer perceber à dimensão regional a sua importância como ferramenta na integração europeia. De fazer perceber ao local e ao regional a sua dimensão europeia, tendo presente que isso exige a transformação de toda uma forma de pensar do cidadão comum, habituado que foi a ter em conta apenas a sua circunstância, que agora se alargou e ramificou. A Europa tem de ser construída da base para o topo. Não faz sentido que seja de outra forma.

A coesão europeia passa por esse jogo constante entre identidade e diferença, reconhecendo-se cada indivíduo como parte essencial de um todo que valoriza a diferença como o seu bem mais precioso. É aqui que o desenvolvimento regional assume o seu papel determinante, pois só através dele se alcançará uma real e efectiva identidade europeia que compreenda, entre muitas outras coisas, o combate às desigualdades sociais, a democracia transnacional, o respeito pela igualdade dos géneros e a promoção da cidadania, a regulamentação social do mercado de trabalho e o investimento na educação.

É preciso realizar o projecto educativo de cidadania europeia, que não se faz sem o cumprimento dos objectivos da coesão pós-2020. A coesão social e territorial europeia será possível se compreendermos que existem 20 milhões de pessoas em risco de pobreza e/ou de exclusão social, que outros tantos emigram e outros ainda nos procuram como porto de abrigo.

Precisamos de compromissos. De cumplicidades. De reconhecimento. Precisamos de estabelecer quadros estratégicos de desenvolvimento e transparência. Isso exige escolhas. Isso exige a não





discriminação de países, regiões, instituições e cidadãos. Isso demanda vontade e coragem políticas. O desencanto com a Europa permitiu o avanço de forças que querem a destruição do projecto europeu. Os últimos resultados europeus mostraram bem isso. Os próximos adivinham-se mais difíceis.

Nos países de mar e de agricultura, é importante apontar linhas mestras e defender regimes de excepção sempre que isso se justifique contratualmente e financeiramente. Não defendo, de forma alguma, como já ouvi, a urbanização da ruralidade. Pelo contrário. O que é preciso é dar condições aos contextos rurais para a criação de emprego. Creio ainda que devia ser mais discutida a municipalização europeia, forma de garantir, não apenas a auscultação, mas a intervenção no plano da decisão, inclusive ao nível dos fundos comunitários. Por uma questão de transparência e independência dos governos nacionais e/ou regionais. Só assim, com um poder local na vanguarda, poderemos ganhar a coesão social, territorial e económica das regiões europeias.



## Sessão Plenária de Estrasburgo - 25 a 28 de março

### Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e Fundo de Coesão

Terça-feira, dia 11

*Apresentação do projeto de resolução:*

#### **Projeto de resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão**

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do projeto de resolução:**

- O relator do relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão é Andrea Cozzolino (S&D).

- O Processo legislativo ordinário do relatório encontra-se na primeira leitura;

- O FEDER contribui para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das várias regiões e os atrasos das regiões menos favorecidas, entre as quais deve ser consagrada especial atenção às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes, tais como as regiões mais setentrionais com densidade populacional muito baixa e as regiões insulares, transfronteiras e de montanha.

- No que diz respeito à concentração temática do apoio para os Estados-Membros com regiões ultraperiféricas, os recursos do FEDER afetados especificamente aos programas para as regiões ultraperiféricas e os recursos afetados a todas as outras regiões devem ser tratados separadamente.

- Os FEDER e o Fundo de Coesão não devem apoiar os investimentos em infraestruturas aeroportuárias, excepto para as regiões ultraperiféricas.

- O artigo 11.º do presente regulamento é exclusivamente relativo às regiões ultraperiféricas. Neste artigo prevê-se que a dotação específica adicional para as regiões ultraperiféricas deve ser utilizada para compensar os custos adicionais suportados nessas regiões em consequência de uma ou várias das limitações permanentes que obstam ao seu desenvolvimento; esta afetação deve apoiar os investimentos em infraestruturas, em acesso a serviços, em produtivos em PME, em equipamentos, software e ativos incorpóreos, em informação, comunicação, estudos, criação de redes, cooperação, intercâmbio de experiências e atividades que impliquem a utilização de polos, e em assistência técnica.

- Ainda relativamente ao artigo 11.º, a respetiva afetação deve apoiar medidas que abranjam custos operacionais com vista a compensar os custos adicionais suportados nas regiões ultraperiféricas em consequência de uma ou várias limitações permanentes que obstam ao seu desenvolvimento.

- **Exposição de motivos:**

- O relator saúda os esforços de simplificação enviados pela Comissão, salientando, porém, que a simplificação não deve incidir nos princípios ou nos objetivos, mas sim na redução do ónus burocrático e dos custos suportados pelas regiões e pelos cidadãos.

- No projeto de resolução reforçou-se o papel da política de coesão para os processos de integração dos refugiados e migrantes, em especial mediante a prestação de apoio em matéria de infraestruturas às cidades e às autoridades locais envolvidas na execução das políticas de integração.



- Deixou-se previsto que a futura política de coesão deve ter em devida consideração e dar apoio às regiões europeias mais afetadas pela saída do Reino Unido da União Europeia, em particular, as que, na sequência do Brexit, se tornarão regiões de fronteira marítima ou terrestre da União.

- Prevê-se agora, que os Fundos contribuirão para integrar as ações de combate às alterações climáticas e de proteção da biodiversidade, para a consecução de uma meta global de 30% das despesas do orçamento da UE (inicialmente 25%). As operações ao abrigo do Fundo de Coesão deverão contribuir, conforme presentemente proposto, com 40% da dotação financeira total do Fundo de Coesão para os objetivos em matéria de clima.

- Estipulou-se no projeto de relatório que a fim de garantir a importância estratégica dos investimentos cofinanciados pelo FEDER, os Estados-Membros podem apresentar, em casos devidamente justificados, um pedido de maior flexibilidade no quadro do atual Pacto de Estabilidade e Crescimento para a despesa pública ou a despesa estrutural equivalente.

- Estabeleceu-se também que 10% dos recursos do FEDER devem ser atribuídos a nível nacional à prioridade do desenvolvimento urbano sustentável (no texto da Comissão estava previsto 6%).



## European Commission - Press release

### Cohesion Policy after 2020: preparing the future of EU investments in health

*Brussels, 19 February 2019*

Today, Commissioners Crețu and Andriukaitis have brought together health professionals to kick-start the reflection on future EU investments in health under the 2021-2027 Cohesion Policy programmes.

In the context of the roundtable held today at the Commission with health associations such as European Health Management Association and EuroHealthNet, the Commissioners launched a pilot project to improve cross-border emergency services in the Pyrenees between the border regions of France, Spain and the Principality of Andorra. They also announced that health will be this year's new category for the RegioStars Awards.

Commissioner for Health and Food Safety, Vytenis Andriukaitis, said: "According to the most recent Eurobarometer survey, almost 70% of Europeans want the EU to do more in the area of health. Acting via Cohesion Policy funds offers us the possibility to make a difference on the ground where it is needed and show that the demands expressed by fellow Europeans are not left unheard. I am also delighted that health becomes a new category for the RegioStars. This is yet another demonstration that we must and can implement the principle Health in All Policies as set out in the Treaty."

Commissioner for Regional Policy Corina Crețu said: "Cohesion Policy investments in health, worth over €4 billion of EU funds in the current budget, are true expressions of a Europe that protects. Healthcare is evolving and EU investments have to evolve with it. This is why we organised this discussion with health professionals, so their recommendations can serve as compass in planning EU investments in health over the next decade."

Future EU investments in health:

The discussion concluded that health systems are evolving towards more education, health promotion and disease prevention. They are also shifting away from hospital and institution-centred care to community-based care and towards integration of health and social care. With new policy objectives that allow for integrated investments in health, social inclusion and education, the Commission's proposal for the 2021-2027 Cohesion Policy provides the conditions to support these changes.

Evolutions in healthcare require different infrastructure investments, be that in primary and community care facilities or in prevention programmes, integrated care and workforce training. Cohesion Policy can be instrumental in supporting these investments.

Member States and regions need to design long-term investment strategies, encompassing infrastructure, human capital, innovative technologies and new care delivery models. To support these strategies, Cohesion Policy funds can be combined with other EU instruments, such as InvestEU, or with national programmes. The Commission is ready to support Member States and regions to plan these strategies.

Better cross-border emergency services in the Pyrenees:



Doctors in border regions cannot attend patients in need of urgent medical attention from across the border. To overcome this situation, the project "When medical emergency systems erase borders" aims to ensure mutual prior recognition of doctors on both sides of the border.

The second phase of the pilot project is now launched and is set to ensure bilateral agreements between the Orders of Doctors of the Spanish and French border regions. As a result, 15 million inhabitants of the Pyrenees will benefit from better emergency services as a result. The project is supported by the European Regional Development Fund and will be completed mid-2019.

The results of this project will serve as an example to possibly replicate in other cross-border regions in the future. The Commission supports tackling obstacles linked to the governance of cross-border issues and, in its legislative proposal for Cohesion Policy 2021-2027, suggests setting aside 15% of any Interreg cross-border cooperation programme to this purpose.

Health: this year's new category for the RegioStars Awards:

Every year the RegioStars reward the best and most innovative Cohesion Policy projects in Europe in five thematic categories, including a topic of the year. This year's edition will seek to reward quality health projects, to inspire Member States and regions.

The online application platform is open from today until 9 May 2019. An independent jury will assess the applications and crown the winners during the RegioStars awards ceremony, to take place in Brussels in October 2019.

#### Background

Healthcare is a major preoccupation for EU citizens. A recent Eurobarometer survey revealed that healthcare was identified as the main issue facing the regions in the future, with a third of the people polled (34%) considering it the top issue.

Cohesion Policy funds support projects improving access to healthcare and addressing health inequalities, reforming of healthcare systems, developing e-health and digital solutions, as well as research and innovation, health education, healthy ageing, workplace health and safety.

In the 2014-2020 programming period, €8 billion of Cohesion Policy funds, including a €4 billion EU co-financing, has been invested in health. 44.5 million people in the EU should benefit from improved health services over the 2014-2020 period.